



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O CURRÍCULO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Autores: Eurilange Gomes da Silva¹; Joannes Paulus Silva Forte²

¹ Aluna do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), CCH, UVA; E-mail: eurilange@gmail.com, ² Docente permanente do ProfSocio, CCH, UVA; E-mail: joannespaulus@virtual.ufc.br

Resumo: Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento que analisa a Sociologia no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), o qual deverá orientar a implantação da reforma do ensino médio (Lei Federal n.º 13.415/2017) no estado. Ao analisarmos a reforma do ensino médio, no Brasil, a partir dos estudos de Young (2011), desenvolvemos uma reflexão sobre currículo e a mercantilização da educação. De abordagem qualitativa, a metodologia utilizada conta com a técnica de análise documental. Preliminarmente, constatamos que a reforma do ensino médio é uma marca patente do avanço do neoliberalismo sobre a educação nacional, ampliando a sua mercantilização e a formação de sujeitos neoliberais.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio – Neoliberalismo – Mercantilização.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, ainda em andamento, sobre o ensino de Sociologia no processo de execução da reforma do ensino médio (Lei Federal n.º 13.415/2017) no estado do Ceará. Aqui, nosso objetivo é analisar a reforma do ensino médio, no Brasil, considerando o debate sobre currículo e a mercantilização da educação em um contexto de avanço do neoliberalismo no país.

O neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise do liberalismo, no final do séc. XIX, e se desenvolveu como um forte opositor ao avanço do coletivismo (representado pela redistribuição de renda e proteção social) e ao intervencionismo de Estado, estabelecendo e preservando mecanismos de implementação de uma política voltada para a competição, tendo em vista o fortalecimento da economia de mercado baseada na divisão do trabalho.

No entanto, o neoliberalismo insiste em imprimir na humanidade um tipo de padrão societal que requer uma adaptação dos indivíduos à estrutura socioeconômica, em meio a mudanças e permanências que privilegiam o governo do capital sobre as vidas das pessoas. Os indivíduos devem ser a razão de políticas específicas para uma adaptação ao sistema concorrencial, e isso se dará a partir de dois enfoques: a eugenia e a educação (DARDOT; LAVAL, 2016).

A partir de uma perspectiva neoliberal (Estado mínimo para os mais pobres, privatização de empresas estatais, incentivo à competição internacional, fim da proteção social, autorresponsabilização individual), é necessária uma vasta política de educação que forme as grandes massas populares para o exercício econômico especializado que as demanda, mediante a estrutura de mercado capitalista da sociedade liberal. Nessa direção, no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos produtos da reforma do ensino



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

médio, é marcada por essa perspectiva. Com isso, a educação assume uma lógica de formação de homens e mulheres para que se adequem à sociedade neoliberal, tornando-se neosujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Cabe ressaltar que, na década de 1990, ocorreram mudanças no sistema de expansão do capital que permitiram a sua ampliação e expansão mundial, sobretudo a partir do Consenso de Washington. Sendo assim, recomendações voltadas para a abertura dos mercados e uma menor intervenção do Estado, notadamente no que diz respeito à proteção social, foram disseminadas no mundo a partir dos planos político-econômicos do governo dos EUA, Inglaterra e Chile (MENDONÇA, 2019).

Assim, organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), nesse processo de uma nova estrutura do capital, estabeleceram orientações aos países que dependem de financiamento da dívida externa, para políticas públicas voltadas para a privatização e sobretudo para uma menor intervenção estatal (TORRES, 1995 apud MENDONÇA, 2019, p. 37).

É nesse contexto que a educação, até então tida como um direito, passa a ser tratada como mercadoria, ao passo que ela se torna fundamental para a efetivação da reorganização do capital, assumindo o viés de serviço, assim como atividade fim de empresas comerciais, levando a sua mercantilização.

No cenário brasileiro, essa mercantilização da educação trouxe mudanças aos currículos escolares, com base nas chamadas “competências e habilidades”, o que ganhou força a partir da reforma do ensino médio, iniciada por ato normativo do então presidente Michel Temer (2016-2018), a Medida Provisória (MPv) n.º 746/2016, convertida na Lei n.º 13.415/2017, que alterou a Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Assim, a partir da contextualização da reforma do ensino médio nacional e da BNCC, reportamo-nos ao questionamento de Michael Young (2014), qual seja: “o que todos os alunos deveriam saber ao deixar a escola?”. A formação dos jovens por meio da chamada “flexibilização” do ensino médio, com apenas três disciplinas obrigatórias e cinco itinerários formativos, divididos em quatro áreas de conhecimento e uma de formação técnica e profissional, é capaz de fornecer o mínimo de conhecimento das epistemologias e tradições científicas relativas a componentes curriculares fundamentais que não são mais obrigatórios? Onde fica o papel do conhecimento na educação escolar oferecida aos/às jovens estudantes, sobretudo aqueles/as das redes públicas de ensino médio?

Mobilizando a ideia de currículo como oportunidade de emancipação do sujeito, por meio dos saberes, e de desenvolver o intelecto dos jovens, a atual BNCC aspira mudanças nas estruturas de ensino. No entanto, ela faz par com “as recentes reformas de currículo” que “estão levando a uma redução ou mesmo a um esvaziamento do conteúdo” (YOUNG, 2011, p. 609).

O currículo escolar funciona como um guia de todo o processo educacional, cujo papel é orientar o caminho formativo que os/as alunos/as vão percorrer na escola. Nele, estão organizados os conteúdos que devem ser estudados, bem como as atividades e “competências” a serem desenvolvidas. Ele abrange as experiências de aprendizagem implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos/as estudantes, e aborda a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino (YOUNG, 2014). Por



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

isso, é necessário atenção em relação ao seu desenvolvimento e a sua aplicabilidade, em meio às novas políticas educacionais estabelecidas no Brasil.

Segundo Miguel Arroyo (2003), o currículo assume o cerne da função da escola, tornando-se o território mais cercado, mais regulamentado, um campo de disputas políticas, pois é o elemento estruturante do trabalho docente. No entanto, “caminhamos para a configuração de um currículo, avaliado em parâmetros únicos” (ARROYO, 2013, p. 13) voltados para a formação de capital humano, de mão de obra e de empreendedores de si mesmo.

Nesse sentido, o currículo assume um caráter instrumentalista de contribuir para a economia, adaptando-se para privilegiar a possível ocupação laboral do/a aluno/a. Tomando o currículo de forma instrumental, as políticas curriculares desenvolvem-se na tentativa dos governos resolverem problemas sociais, como o desemprego, bem como de formar mão de obra para os setores de base da economia, fato que não resolve o problema da desigualdade, podendo, pelo contrário, ampliá-la (YOUNG, 2011, p. 3).

Por isso, o currículo precisa ser visto com a finalidade de promover o desenvolvimento intelectual dos jovens e não como uma forma de solucionar problemas econômicos ou sociais, os quais não têm suas origens na escola.

METODOLOGIA

De abordagem qualitativa, a estratégia metodológica principal adotada é a análise documental (FLICK, 2009). A partir dela, os documentos são vistos como meios de comunicação, pois eles não são apenas uma representação dos fatos ou da realidade, mas sim dados da ação de agentes sociais individuais, coletivos e institucionais. Eles trazem intencionalidades, objetivos de pessoas ou de instituições que os produziram, bem como as características dos períodos em que foram elaborados (FLICK, 2009). Dito isso, a análise foi realizada em duas etapas: uma análise preliminar, com a leitura dos atos normativos referentes à reforma do ensino médio, especialmente a Lei nº. 13.415/2017 e a BNCC – Ensino Médio; e uma análise de conjunto, cotejando os documentos, a base teórico-metodológica e as questões de pesquisa.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação ao Brasil, a reforma do ensino médio e a BNCC deixam nítido o objetivo de formar os jovens para o mundo do trabalho, mais especificamente para o empreendedorismo, marcadamente de caráter individual, não havendo garantia do acesso a todas as matrizes do conhecimento científico e de seu conteúdo.

O empreendedorismo é uma ideologia que vem se fortalecendo nos moldes do novo ensino médio, com o incentivo à produtividade e ao protagonismo juvenil, a partir da formação para o trabalho em um cenário de incertezas, de instabilidade econômica e de desproteção social. Importante ressaltar que a partir do novo ensino médio há um incentivo para que os/as alunos/as se preparem para o mundo do trabalho juridicamente desprotegido. Atualmente, há uma romantização do chamado empreendedorismo que, no imaginário comum, é relacionado a “ser dono do próprio negócio”, embora sem a garantia de oportunidades, de direitos e de proteção social. Ademais, pouco se menciona que a partir do itinerário formativo voltado para o mundo do trabalho e o empreendedorismo, os



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

conhecimentos escolares, para além desse projeto de formar “empreendedores”, são limitados e limitantes.

A reforma do ensino médio está diretamente ligada a um projeto econômico desigual para o Brasil, uma vez que a concepção da reforma se encontra na ideia de desenvolver e investir em capital humano, com a finalidade de criar as condições objetivas e os/as trabalhadores/as ideais para assumir os postos de trabalho cada vez mais precarizados e sem direitos. Nessa perspectiva, a palavra flexibilização, dirigida ao labor do/a trabalhador/a, assume o significado de eliminação de garantias mínimas de condições de trabalho decente, de direitos trabalhistas e de direitos previdenciários.

Cabe salientar que as parcerias público-privadas estão se alastrando na educação brasileira, constituindo-se em uma ampliação do gerencialismo privado na educação pública, por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSC) ligadas à classe proprietária das grandes corporações. A partir dessas parcerias, via contratações de instituições privadas, como a Fundação Lemann, Instituto Aliança, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, entre outras, tem ocorrido a prestação de assessoria às secretarias estaduais e municipais de educação, interferindo no gerenciamento dos sistemas de ensino.

O próprio protagonismo juvenil, destacado na BNCC, visa contribuir para a formação do “jovem produtivo”, ainda no ensino médio, estabelecendo um “projeto de vida” gestado a partir da ideologia do empreendedorismo. A partir desse projeto de vida, espera-se que os/as estudantes trilhem caminhos e perspectivas de futuro que correspondam aos anseios da sociedade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em relação à substituição das disciplinas por itinerários formativos por área de conhecimento e por formação técnica e profissional, o “novo ensino médio” brasileiro sugere uma integração dos saberes, com a finalidade de romper com a ideia de uma epistemologia pragmática e fracionária, calcada apenas na lógica dos objetos e não nas características dos sujeitos. No entanto, pelo que se desprende da Lei 13.415/2017 e do documento da BNCC (2018), há uma hierarquização do conhecimento e uma separação de saberes disciplinares em áreas, no interior das quais o “novo ensino médio” chega a misturar matrizes disciplinares, teorias e conceitos de distintas histórias e tradições científicas sem nenhuma demonstração de preocupação real com a interdisciplinaridade.

Com a reforma do ensino médio, saem de cena as treze disciplinas que até então eram obrigatórias nos seus três anos escolares, ficando 4 áreas do conhecimento (eixos estruturantes obrigatórios), apenas três disciplinas obrigatórias (Língua Portuguesa, Matemática e Inglês) e cinco itinerários formativos, dos quais um é referente ao empreendedorismo. Com este itinerário, a escola se encaminha para uma vertente de possibilidade de mercado e de formação de mão de obra sem direitos.

De acordo com o *caput* do art. 36 da LDB nº. 9.394/1996, combinado com o seu § 5º (redação dada pela Lei nº. 13.415/2017), ao contrário do discurso da flexibilização do ensino e de várias possibilidades de escolha, o que foi colocado como atrativo para os/as jovens, os sistemas de ensino podem optar por fornecer aos/às estudantes, no mínimo, um itinerário formativo. Essa situação pode levar a uma desigualdade ainda maior entre os sistemas de ensino, as escolas e os/as estudantes.



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Young (2011), a educação escolar tem como objetivo fornecer aos/às estudantes experiências de saber que elevam o pensamento e que dificilmente teriam em outro espaço, senão a escola. Para o autor, um dos objetivos da escola é fornecer um conhecimento diferente do senso comum. Assim, Young (2011) fala em um saber especializado, este pensado por uma comunidade de pesquisadores/as.

No entanto, em relação à reforma do ensino médio, no Brasil, caminhamos para a reprodução do neoliberalismo. E as escolas, através de seus currículos, como afirma Arroyo (2013), são conduzidas a uma negação de conhecimentos. No cenário estudado, se dialogarmos com as ideias de Bourdieu (2007), veremos que a escola tem sido dirigida à legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes, funcionando também como um aparelho ideológico de manutenção dessa mesma classe, reproduzindo as desigualdades sociais, quadro que nos parece só poder ser confrontado por experiências concretas de resistência e de tensão entre a agência de professores/as e estudantes e a estrutura social que lhes é imposta.

Sendo assim, a reforma do ensino médio impõe uma educação voltada à adaptação dos/as estudantes à tendência do trabalho flexível e desprotegido, considerando-o a partir das intersecções entre as relações sociais de classe, raça e gênero que envolvem os/as jovens, e às necessidades do capitalismo contemporâneo, reproduzindo um processo de legitimação da classe proprietária/dominante e fazendo com que a opressão, a exclusão social e as condições precárias das relações de trabalho e da vida, todas construídas socialmente, sejam naturalizadas e normalizadas.

Aqui, surge a necessidade de entender que o currículo se apresenta como um objeto de disputas político-ideológicas. Diante disso, a produção e o controle do currículo pelos institutos, empresas e grandes empresários significa, nesse contexto, criar condições favoráveis à manutenção das desigualdades, em face do que é necessário conhecimento, luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao ProfSocio-UVA pela oportunidade de desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo: território em disputa**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FLICK, Uwe. A utilização de documentos como dados. In: FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de José Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 231-237.

MENDONÇA, Sueli. Neoliberalismo, (contra)reformas e educação. In: CARUSO, Haydée; SANTOS, Mario Bispo dos (Orgs.). **Rumos da sociologia na educação básica: ENASEB 2017, reformas, resistências e experiências de Ensino**. Porto Alegre: Cirkula, 2019.



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/wp-content/uploads/2019/08/LIVROE-ENESEB2019.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2022.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 609-623, 2011.

_____. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014.